

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Pelo Decreto-lei 114/2019, de 20 de agosto, o governo decidiu, por um lado, criar a carreira especial de fiscalização e, por outro lado, extinguir as carreiras do chamado grupo auxiliar, afetas ao desempenho de diversas atividades de fiscalização.

Há mais de 10 anos que os trabalhadores aguardavam com expectativa a revisão da sua carreira, no entanto o regime instituído não veio ao encontro das suas reivindicações, nem constitui o instrumento necessário para a valorização que justamente mereciam.

O Governo impôs assim esse regime, contra a vontade dos trabalhadores, porquanto não só não traduz qualquer valorização das carreiras, como, pelo contrário, as destrói e reduz um substancial conjunto de direitos, relevando-se nomeadamente o seguinte:

- Destruiu a carreira dos fiscais do grupo técnico-profissional, enquanto tratou como meros objetos descartáveis os profissionais do grupo auxiliar;

- Impôs um processo de transição salarial sem qualquer valorização remuneratória e para eventuais posições virtuais, nos casos em que as remunerações auferidas não têm correspondência com os níveis da Tabela Remuneratória Única – TRU – que estão previstos.

Instituiu-se assim um regime manifestamente injusto, que não serve os trabalhadores, nem a valorização dos serviços públicos na área da fiscalização da Administração Local.

Neste sentido, é urgente que o Governo, num verdadeiro processo negocial com os sindicatos, reveja este regime, considerando as reivindicações dos trabalhadores.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que por intermédio do Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

Está o Governo disponível para rever o mencionado regime, iniciando um verdadeiro processo negocial com os sindicatos, e para considerar a incorporação na carreira das reivindicações dos trabalhadores?

Palácio de São Bento, 18 de junho de 2021

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)